

Impacto da criação da Secretaria de Esportes no índice de desenvolvimento esportivo e de acesso aos espaços e equipamentos públicos municipais de esporte na cidade do Recife

Impact of the creation of the Sports Secretary on the municipal sports development index and access to public sports facilities and equipment in the city of Recife

Impacto de la creación de la Secretaría de Deportes en el índice de desarrollo deportivo municipal y de acceso a los equipamientos deportivos municipales de la ciudad de Recife

Recebido: 26/09/2024 | Revisado: 04/10/2024 | Aceitado: 05/10/2024 | Publicado: 10/10/2024

Gabriel Lucas Morais Freire

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0589-9003>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

E-mail: gabriel.morais@recife.pe.gov.br

Larissa Kelly de Melo Mangabeira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-7858-6182>

Universidade de Pernambuco, Brasil

E-mail: larissa.mangabeira@upe.br

Gabriel Perrusi Bandeira de Mello

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0254-9484>

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

E-mail: gabriel.perrusi@recife.pe.gov.br

Resumo

Este estudo objetivou analisar e comparar o impacto da criação da Secretaria de Esportes ao longo da gestão de 2021 a 2024, utilizando o Índice de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC) como principal indicador de avaliação. A investigação utilizou um desenho metodológico quantitativo, dividida em levantamento de dados das gestões (de 2013 a 2020 e de 2021 a 2024), cálculo do IDAC absoluto e relativo de ambas e análise estatística para comparação. Os dados foram submetidos a um teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e a um teste de homogeneidade das variâncias de Levene. Na comparação dos valores, foi utilizado o teste t independente. As análises foram conduzidas no software JASP 16.2, adotando nível de significância ($p < 0,05$). Ao comparar os dados dos quatro anos, observou-se um aumento no número de instalações esportivas, passando de 164 para 395, enquanto a população atendida diminuiu de 1.537.704 para 1.488.920 habitantes. O IDAC relativo total aumentou de 47% para 57%, indicando uma distribuição mais equitativa das instalações esportivas pelas seis Regiões Político-Administrativas (RPAs) da cidade. Concluiu-se que a criação da Secretaria Municipal de Esportes foi relevante na melhoria do acesso ao esporte em Recife, especialmente em áreas anteriormente carentes de infraestrutura esportiva.

Palavras-chave: Secretaria de Esportes; Equipamento público; Política pública; Esporte; Recife.

Abstract

This study aimed to analyze and compare the impact of the establishment of the Secretariat of Sports over the course of the administration from 2021 to 2024, using the Cultural Development and Access Index (IDAC) as the primary evaluation indicator. The investigation employed a quantitative methodological design, divided into data collection from the administrations (from 2013 to 2020 and from 2021 to 2024), calculation of the absolute and relative IDAC of both, and statistical analysis for comparison. The data were subjected to a Kolmogorov-Smirnov normality test and Levene's test for homogeneity of variances. An independent t-test was used to compare the values. The analyses were conducted using JASP 16.2 software, adopting a significance level ($p < 0.05$). Comparing the data over four years, an increase in the number of sports facilities was observed, from 164 to 395, while the population served decreased from 1,537,704 to 1,488,920 inhabitants. The total relative IDAC increased from 47% to 57%, indicating a more equitable distribution of sports facilities across the six Political-Administrative Regions (RPAs) of the city. It was concluded that the creation of the Municipal Secretariat of Sports was significant in improving access to sports in Recife, especially in areas previously lacking in sports infrastructure.

Keywords: Sports Secretary; Public equipment; Public policy; Sports; Recife.

Resumen

Este estudio tiene el propósito de analizar y comparar el impacto de la creación de la Secretaría de Esportes al largo de la gestión de 2021 a 2024, aprovechando el Índice de Desenvolvimento de Acesso Cultural (IDAC) como principal indicador de evaluación. Esta investigación utilizó un dibujo metodológico cuantitativo, dividida en búsqueda de datos de las gestiones (de 2013 a 2020 y de 2021 a 2024), cálculo del IDAC absoluto y relativo de ambas y análisis estadístico con el propósito comparativo. A una prueba de normalidad de Kolmogorov-Smirnov y a otro teste de homogeneidad de las variancias de Levene se sometieron los datos. En la comparación de los puntos, se utilizó el teste t independiente. Los análisis se conducieron en el software JASP 16.2, adoptando nível de significância ($p < 0,05$). Al comparar los datos de los cuatros años, un crecimiento en el número de instalaciones deportivas se ha observado, es decir, de 164 a 395, mientras la población contemplada disminuyó de 1.537.704 para 1.488.920 habitantes. El IDAC relativo total creció de 47% para 57%, aclarando una distribución más equitativa de los sitios deportivos por las seis Regiones Político-Administrativas (RPAs) de la ciudad. Llegamos a la percepción de que la creación de la Secretaría Municipal de Deportes se puso relevante en la mejora del acceso al deporte en Recife, sobretudo en áreas antes con carencias de estructuras deportivas.

Palabras clave: Secretaría de Deportes; Equipamiento público; Política pública; Deporte; Recife.

1. Introdução

A criação de secretarias específicas para a gestão do esporte representa um passo significativo no fortalecimento e democratização das políticas públicas voltadas para essa área (Tubino, 2010). No Brasil, o desafio de transformar os fundamentos subjetivos da Constituição Federal (CF) em ações efetivas é evidente, especialmente em áreas onde o tratamento normativo ainda não estabeleceu claramente as obrigações dos entes federados (Arretche, 2010). O esporte, como um direito social, enfrenta essa realidade, onde a competência é comum entre União, Estados e Municípios, mas sem imposição legal que obrigue a implementação de políticas específicas. Isso cria um cenário em que a inação dos governos não fere a norma constitucional, mas representa uma contradição com seus fundamentos (Starepravo, et al. 2015).

Accountability é um termo em inglês utilizado para se referir a um conjunto de práticas utilizadas pelos gestores para prestar contas e se responsabilizar pelas suas ações. O ambiente político se torna o principal espaço para a cobrança e implementação dessas políticas, com a *accountability* sendo o maior instrumento de pressão (Baracho, 2000). A estrutura federativa brasileira, única por ser formada por três entes autônomos, impacta diretamente a execução de políticas públicas (Arretche, 2010). Cada ente possui autonomia política, o que pode resultar tanto em iniciativas voluntárias e concorrenciais quanto em ações cooperadas para a efetivação de políticas de esporte. Entretanto, a ausência de uma obrigação normativa cria vazios assistenciais, especialmente em áreas mais vulneráveis e com menor capacidade fiscal, como muitos municípios das regiões Norte e Nordeste (Arretche, 2010).

O esporte, neste estudo, é tratado na sua dimensão de lazer, sendo considerado um bem cultural produzido historicamente por homens e mulheres, e por isso deve ser entendido como um direito a ser acessado por todos, independentemente de classe socioeconômica, orientação sexual, opção religiosa, local de moradia ou capacidade física (Brasil, 1988). Para que uma cidade seja inclusiva e cumpra sua missão de garantir o acesso aos direitos sociais, é essencial a implementação de políticas públicas que assegurem a construção e manutenção de espaços públicos de esporte, a animação desses espaços e o acesso de todos a esses direitos (Melo & Peres, 2009). Assim, a possibilidade de acesso das populações aos espaços e equipamentos públicos de esporte torna-se o foco central deste estudo comparativo.

A cooperação entre os entes federados, incentivada por agendas políticas e lastros fiscais, é essencial para a superação das desigualdades na distribuição de bens públicos, como é o caso do esporte em seus diversos âmbitos (Santos et. al, 2019). A União, embora ativa na formulação de políticas, carece de instituições locais para a implementação direta, delegando essa responsabilidade aos governos subnacionais (Santos, 2022). A descentralização, quando bem coordenada, pode melhorar o desempenho regional e diminuir desigualdades, mas também pode perpetuar ou ampliar disparidades se não houver incentivos adequados para a adesão voluntária dos entes subnacionais (Arretche, 2004).

A complexidade do arranjo institucional e as limitações fiscais dos municípios mais pobres, principalmente no Nordeste, colocam desafios significativos à implementação eficaz dessas políticas (Grin et. al, 2018). A capacidade institucional de atender regiões vulneráveis é crucial para a democratização do acesso ao esporte e para a promoção do desenvolvimento humano e social nessas áreas (Stigger & Myskiw, 2019). Recife, capital de Pernambuco, ocupa 218,843 km² e abriga 1.488.920 habitantes, sendo a cidade mais populosa do estado. Organizada em seis Regiões Político-Administrativas (RPA), a cidade é um importante centro econômico e cultural, destacando-se desde sua fundação em 1537. Com uma densidade demográfica de aproximadamente 7.585 habitantes/km², enfrenta desafios típicos de grandes centros urbanos, como congestionamento e desigualdade social, mas também registra avanços em infraestrutura e qualidade de vida (IBGE, 2022).

O esporte desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar físico e social, além de ser uma importante ferramenta de inclusão e desenvolvimento. Para avaliar o impacto das políticas públicas esportivas na cidade do Recife, este estudo utilizou o Índice de Desenvolvimento e Acesso Cultural (IDAC), desenvolvido por Melo e Peres (2009). O IDAC é uma ferramenta que calcula a distribuição de espaços e equipamentos culturais, levando em consideração as variações demográficas. O IDAC, originalmente desenvolvido para a área cultural, pode ser adaptado para o contexto esportivo utilizando duas variantes principais: o IDAC-Absoluto e o IDAC-Relativo. Ele busca identificar se os habitantes de diferentes regiões possuem as mesmas oportunidades de acesso aos equipamentos culturais. O IDAC-Absoluto baseia-se em uma fórmula matemática simples, que divide o número de equipamentos esportivos pelo número de habitantes, com valores variando de 0 a 1. Esse indicador permite avaliar a oferta de infraestrutura esportiva em termos absolutos. Já o IDAC-Relativo, além de considerar o número de equipamentos, incorpora a variação demográfica de cada região, conforme descrito por Melo e Peres (2005).

Segundo os autores de desenvolvimento do instrumento, o mesmo pode ser aplicado no campo esportivo devido à semelhança entre as características dos equipamentos culturais e esportivos, especialmente no que diz respeito à promoção de atividades de lazer. No presente estudo, comparamos os resultados do IDAC com aqueles obtidos no estudo de Pedroso (2019), que teve objetivo analisar a demanda e a oferta de esportes pela população da cidade do Recife. Pedroso (2019) apresentou resultados referentes a procura esportiva identificaram que há um maior número de não praticantes que gostariam de praticar (43,8%) do que de indivíduos que atualmente possuem uma vida mais ativa por meio do esporte (43,7%).

Diante desse contexto, o objetivo deste estudo é analisar e comparar o impacto da criação da Secretaria de Esportes ao longo da gestão anterior, de 2013 a 2020 e da atual gestão, do ano de 2021 a 2024, utilizando o IDAC como principal indicador de avaliação. A pesquisa busca compreender como a institucionalização de uma secretaria específica influenciou na democratização do acesso ao esporte e contribuiu para o desenvolvimento social e humano, especialmente em comparação com a antiga gestão

2. Metodologia

Desenho do Estudo

A presente investigação utilizou um desenho metodológico quantitativo em virtude de suas características específicas. Corroboramos a compreensão de que as pesquisas com abordagem quantitativa se caracterizam por empregar a quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informação, quanto no tratamento dos dados, mediante procedimentos estatísticos (Souza & Kerbauy, 2017).

Delineamento do Estudo

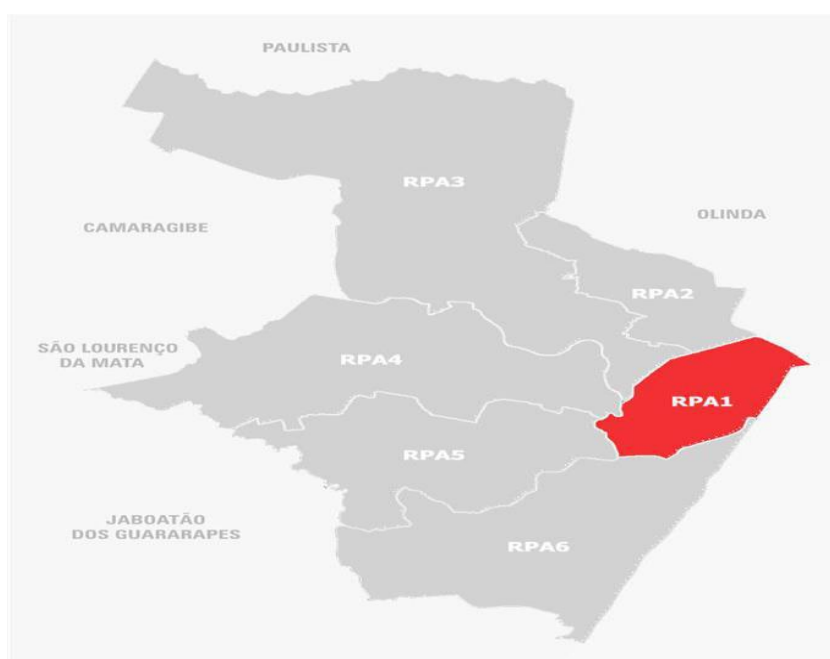
A pesquisa foi dividida em três etapas. Na primeira foram tratadas as questões para caracterizar a procura esportiva da gestão anterior (2013 a 2020). Para tal, foi necessário consultar a tese desenvolvida por Pedroso (2019). A segunda etapa, foi

levantar os dados apresentados pela Secretaria de Esportes da atual gestão (2021 a 2023) e com isso calcular o IDAC absoluto e relativo de ambas. Por fim, foi utilizado análise estatística para compara os dados entre as gestões citadas anteriormente.

Caracterização do Caso Estudado

De acordo com dados do IBGE (2022), a cidade de Recife ocupa uma área de 218,843 km², o equivalente a aproximadamente 0,22% da área total do Estado de Pernambuco. A população deste município, segundo o censo brasileiro realizado em 2022, é de 1.661.017 habitantes (IBGE, 2022), sendo, portanto, a capital e a cidade mais populosa do estado. Recife está organizado em seis Regiões Político-Administrativas (RPAs): RPA1 (Centro), RPA2 (Norte), RPA3 (Noroeste), RPA4 (Oeste), RPA5 (Sudeste) e RPA6 (Sul), divididas em 94 bairros (Figura 1).

Figura 1 – Regiões Político-Administrativas (RPA's) da cidade do Recife.



Fonte: Prefeitura do Recife.

De acordo com Machado (2010) a cidade, fundada em 1537, é uma das mais antigas cidades do Brasil, tendo desempenhado um papel histórico significativo como um dos principais centros econômicos e culturais do país. No século XVII, a cidade foi um importante entreposto comercial sob domínio holandês, e desde então tem mantido sua relevância econômica, cultural e política. A construção do Porto de Suape, na década de 1970, consolidou a importância de Recife como um hub logístico e industrial na região Nordeste.

Ao longo das últimas décadas, Recife experimentou um crescimento urbano acelerado, que trouxe consigo desafios e oportunidades. A cidade tem uma densidade demográfica de aproximadamente 7.585 habitantes/Km², segundo dados do censo IBGE (2022). Esse crescimento intensivo resultou em problemas típicos de grandes centros urbanos, como congestionamento de tráfego, aumento da criminalidade e desigualdade social, mas também levou a avanços significativos na infraestrutura urbana e no desenvolvimento econômico.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Recife, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2013), é 0,772, o que coloca a cidade em uma posição intermediária no ranking dos municípios brasileiros. Apesar disso, Recife ocupa um lugar destacado entre as capitais do Nordeste, refletindo melhorias em áreas como educação, saúde e

renda ao longo dos anos. Os dados do Atlas, elaborados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), em parceria com a Fundação João Pinheiro e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacam os progressos em qualidade de vida, mas também revelam as persistentes desigualdades socioeconômicas na cidade.

Um estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas (2011) – “Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira” – mapeou a distribuição das classes sociais nos municípios brasileiros e revelou que Recife tem uma significativa presença de famílias pertencentes às classes C e D. Aproximadamente 30% das famílias pertencem à classe C, enquanto 40% estão na classe D, indicando um cenário de desigualdade econômica substancial. No entanto, a cidade também possui um segmento considerável de classe A e B, refletindo uma diversidade socioeconômica.

Importante ressaltar que, apesar dos avanços, Recife enfrenta desafios urbanos e sociais consideráveis. A gestão municipal, em seu Plano Diretor 2020-2030, identifica problemas como a necessidade de melhorias na infraestrutura urbana, a mobilidade, a segurança pública e a oferta de serviços públicos de qualidade. A revitalização do Centro Histórico, a expansão de áreas verdes e a promoção da inclusão social são algumas das prioridades estabelecidas para os próximos anos, com o objetivo de transformar Recife em uma cidade mais sustentável e inclusiva.

Nessa ótica, o plano diretor do Recife possui também como parte do seu escopo diretrizes para a promoção e ampliação dos equipamentos esportivos, visando acesso equitativo e universal. Prioriza a expansão e requalificação desses espaços em áreas vulneráveis, integrando-os aos sistemas urbanos e sociais para garantir acessibilidade e segurança. Além de destacar a importância de adaptar infraestruturas esportivas às necessidades da população, especialmente grupos vulneráveis, e estimula o empreendedorismo no setor esportivo para promover inclusão, cultura e integração social.

Cálculo do IDAC Absoluto

Para calcular o IDAC absoluto se utilizou a equação desenvolvida por Melo e Peres (2009) (Figura 2). Segundo os autores, a fórmula matemática consiste em dividir o número de equipamentos esportivos pelo número de habitantes. Assim, o IDAC-absoluto varia de 0 a 1. Zero significa que não existe nenhum equipamento para a população, e 1 significa, numa situação utópica, que para cada habitante existe um equipamento. Sendo assim, quanto maior o resultado, maior é a presença de equipamentos culturais por habitante (Melo & Peres, 2009).

Figura 2 - Cálculo para IDAC Absoluto.

$$\text{IDAC - Absoluto} = \frac{\text{Total de equipamentos}}{\text{Habitantes}}$$
$$0 \leq \text{IDAC - Absoluto} \leq 1$$

Fonte: Melo e Peres (2009).

Cálculo do IDAC Relativo

Para calcular o IDAC relativo se utilizou a equação desenvolvida por Melo e Peres (2009) (Figura 3). Segundo os autores, da mesma forma que o IDAC-Absoluto, o IDAC-Relativo, também, tem como base de seus cálculos a variação demográfica de cada região. Diferentemente do IDAC-Absoluto, o IDAC-Relativo, possui o objetivo de evidenciar mais claramente a variação da oferta de equipamentos esportivos entre as diversas regiões ao considerar como referência aquela que está, por assim dizer, em situação mais privilegiada (Melo & Peres, 2009). Para calcular o IDAC-Relativo, deve-se dividir o

IDAC-Absoluto de uma Região pelo IDAC-Absoluto da Região/Comuna de Referência, ou seja, aquela que possui o maior IDAC-Absoluto, e multiplicar por 100.

Figura 3 - Cálculo para IDAC Relativo.

$$\text{IDAC - Relativo} = \left(\frac{\text{IDAC - Absoluto (x)}}{\text{IDAC - Absoluto (ref.)}} \right) \times 100$$
$$0 < \text{IDAC - Relativo} < 100$$

Fonte: Melo e Peres (2009).

Análise de Dados

A análise de dados foi realizada através de estatísticas descritivas e inferenciais. Inicialmente, os dados foram submetidos a um teste de normalidade de Kolmogorov-Smirnov e a um teste de homogeneidade das variâncias de Levene. Como os dados apresentaram distribuição normal, a média e o desvio padrão foram utilizados para a caracterização dos resultados. Para a comparação dos valores das variáveis entre os anos de 2019 e 2024, foi utilizado o teste t independente. As análises foram conduzidas no software JASP 16.2, adotando-se um nível de significância de $p < 0,05$.

3. Resultados

A Tabela 1 apresenta os dados referentes ao ano de 2019, utilizados como base na tese de doutorado de Pedroso (2019). Esta tabela calcula o Índice de Desenvolvimento da Oferta Esportiva (IDAC) relativo e absoluto da cidade do Recife, considerando diferentes Regiões Político-Administrativas (RPAs).

Tabela 1 - Dados do ano de 2019 referentes as instalações, população total da cidade do Recife, IDAC Relativo e Absoluto da oferta esportiva divididos por RPA.

RPA	INSTALAÇÃO	HABITANTES	IDAC RELATIVO	IDAC ABSOLUTO
1	5	78 114	28%	0,00006401
2	3	221 234	6%	0,00001356
3	32	312 981	45%	0,00010224
4	23	278 947	36%	0,00008245
5	14	263 778	23%	0,00005307
6	87	382 650	100%	0,00022736
TOTAL	164	1 537 704	47%	0,00010665

Fonte: Pedroso (2019).

A Tabela 2 apresenta os dados referentes ao ano de 2024, após a criação da Secretaria de Esportes no município do Recife. A tabela analisa o impacto da gestão esportiva ao final de quatro anos, calculando o Índice de Desenvolvimento da Oferta Esportiva (IDAC) relativo e absoluto para cada Região Político-Administrativa (RPA).

Tabela 2 - Dados do ano de 2024 referentes as instalações, população, IDAC Relativo e Absoluto da oferta esportiva na cidade do Recife divididos por RPA.

RPA	INSTALAÇÃO	HABITANTES	IDAC RELATIVO	IDAC ABSOLUTO
1	34	73764	100%	0,00046093
2	55	210249	56%	0,00026159
3	49	303881	35%	0,00016125
4	66	281986	51%	0,00023405
5	65	248133	57%	0,00026196
6	126	370907	73%	0,00033971
TOTAL	395	1.488.920	57%	0,00026529

Fonte: Autoria própria.

Na comparação da percepção das seis RPA's e do Total de equipamentos esportivos baseados no IDAC-Absoluto em função dos anos de 2019 e 2024 (Tabela 3), houve diferença significativa ($p > 0,05$) em todas as RPA's e no total, demonstrando que após a criação da Secretaria de esportes o município do Recife cresceu nos indicadores do IDAC.

Tabela 3 - Comparação dos IDAC-Absolutos de 2019 e 2024.

Região Política Administrativa (RPA)	Ano de 2019 M(DP)	Ano de 2024 M(DP)	Valor de p
RPA 1	0.00006401 (0.00006231)	0.00046093 (0.00008727)	<0,001*
RPA 2	0.00001356 (0.00006231)	0.00026159 (0.00008727)	<0,001*
RPA 3	0.00010224 (0.00006231)	0.00016125 (0.00008727)	<0,001*
RPA 4	0.00008245 (0.00006231)	0.00023405 (0.00008727)	<0,001*
RPA 5	0.00005307 (0.00006231)	0.00026196 (0.00008727)	<0,001*
RPA 6	0.00022736 (0.00006231)	0.00033971 (0.00008727)	<0,001*
TOTAL	0.00010665 (0.00006231)	0.00026529 (0.00008727)	<0,001*

Diferença significativa - $p < 0,05$ – Teste t. Nota: M= média; DP= Desvio Padrão.

Fonte: Autoria própria.

É pertinente acrescentar que a queda da população no ano de 2024 (1.488.920 habitantes), pode ser explicada devida à migração de moradores para municípios vizinhos, como Olinda e Jaboatão dos Guararapes. Segundo Fusco e Ojima (2023), a cidade registrou um crescimento populacional negativo, refletindo uma tendência já observada em Censos Demográficos anteriores, que indicavam que as sedes das metrópoles cresciam a um ritmo mais lento em comparação com os municípios do seu entorno.

4. Discussão

Segundo Kocian e Silva (2016), a análise das políticas públicas de esporte e lazer deve considerar eixos fundamentais, como a participação social e a construção de espaços e equipamentos de lazer. A participação social é destacada como um pilar essencial para assegurar que essas políticas realmente atendam às demandas da comunidade. Os autores Pedrosa et al. (2011), Almeida (2022) e Bettin et al. (2024) reforçam a importância de garantir o acesso a equipamentos públicos de esporte, afirmando que esses espaços são cruciais para o desenvolvimento esportivo nas cidades, promovendo a inclusão social, o bem-estar da comunidade e a prática regular de atividades físicas. Além disso, Ungheri e Isayma (2021) enfatizam que uma análise detalhada

e periódica desses equipamentos públicos de esporte e lazer induz reflexões indispensáveis sobre as relações indissociáveis entre a infraestrutura disponível e a garantia de direitos sociais. Essa abordagem não apenas fortalece a estrutura das políticas públicas, mas também contribui para a construção de um espaço mais justo e participativo, ampliando a oportunidade da população de usufruir de espaços adequados para o lazer e a prática esportiva.

Ao examinar o papel da gestão pública no acesso aos equipamentos de esporte e lazer disponíveis na cidade, o presente estudo teve como objetivo analisar o impacto da criação da Secretaria de Esportes ao longo de um período de quatro anos. Para essa avaliação, utilizou-se o Índice de Desenvolvimento de Atividades de Cultura e Esporte (IDAC) como principal indicador. Essa abordagem permitiu não apenas mensurar as mudanças no acesso e na qualidade dos serviços oferecidos, mas também compreender como a estrutura organizacional e as políticas implementadas pela Secretaria de Esportes influenciaram a participação da comunidade em atividades esportivas e de lazer. Ao longo da gestão, foram considerados fatores como a ampliação de espaços de esporte e lazer, a promoção de eventos e a integração de diferentes setores, visando proporcionar um ambiente mais inclusivo e acessível para a população.

Além disso, comparamos o IDAC entre os anos de 2019 e 2024. Os achados encontrados na presente investigação são relevantes na medida em que são necessárias mais evidências científicas sobre o uso do IDAC para avaliação das políticas públicas implementadas dentro do contexto esportivo. Os resultados encontrados evidenciaram que após a criação da Secretaria de Esportes a oferta de equipamentos esportivo cresceu dentro do município do Recife.

A análise dos dados de 2019 (Pedroso, 2019) revela uma variação significativa na oferta esportiva entre as diferentes RPAs da cidade do Recife. A RPA 6 apresenta a maior oferta esportiva absoluta com um IDAC Absoluto, indicando que esta região atende plenamente a sua demanda esportiva potencial. Por outro lado, a RPA 2 tem a menor oferta com um IDAC-Absoluto e IDAC-Relativo de apenas 6%, sugerindo uma grande disparidade na distribuição das instalações esportivas.

Os valores totais mostram que, embora haja um total de 164 instalações esportivas para uma população de 1.537.704 habitantes, com um IDAC-Relativo médio de 47%, indicando que, em média, a oferta esportiva atende menos da metade da demanda potencial da população. Esses dados ressaltam a necessidade de uma melhor distribuição e aumento das instalações esportivas para atender a demanda de todas as regiões de forma mais equitativa.

Comparando os dados totais de 2019 e 2024 (Tabela 3), observa-se um aumento no número total de instalações esportivas, de 164 para 395, considerando a população total, de 1.537.704 habitantes. Apesar de não haver parâmetros que delimitem a quantidade da população que tem acesso as instalações esportivas, é importante destacar que o IDAC-Relativo total aumentou de 47% para 57%. Esses resultados sugerem que a criação da Secretaria de Esportes contribuiu para uma distribuição mais equitativa e uma ampliação significativa na oferta de instalações esportivas na cidade do Recife. Essa melhoria reflete um compromisso da gestão municipal em promover o esporte e atender melhor à demanda da população, garantindo que mais áreas da cidade tenham acesso adequado às instalações esportivas.

A distribuição das instalações de esporte e lazer em Recife revela desigualdades significativas entre as regiões, com áreas periféricas, apresentando menor acesso a esses equipamentos em comparação com as áreas centrais, que possuem maior oferta. Essa disparidade está diretamente relacionada a fatores econômicos das regiões políticas administrativas (RPA's), onde as áreas com menor renda e maior vulnerabilidade social enfrentam escassez de investimentos e manutenção inadequada. Essas desigualdades ressaltam a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais equitativa das instalações, garantindo que todas as comunidades tenham acesso a oportunidades de esporte e lazer.

5. Considerações Finais

Os resultados deste estudo demonstram o impacto positivo da criação da Secretaria de Esportes no município do Recife ao longo de uma gestão de quatro anos, utilizando o IDAC como principal indicador de avaliação. A comparação entre

os anos de 2019 e 2024 evidencia um aumento significativo na oferta de instalações esportivas e uma distribuição mais equitativa entre as diferentes Regiões Político-Administrativas (RPAs).

Esses resultados sugerem que a criação da Secretaria de Esportes contribuiu significativamente para uma melhor distribuição das instalações esportivas, promovendo um maior acesso ao esporte para a população. Isso reflete um compromisso da gestão municipal em promover o esporte e melhorar a qualidade de vida dos habitantes, garantindo que mais áreas da cidade tenham acesso adequado às instalações esportivas.

Apesar da relevância da presente investigação, é importante destacar algumas limitações. O primeiro ponto é a falta de estudos sobre essa temática, o que impossibilita uma maior comparação dos resultados e estabelecimento de parâmetros. O segundo ponto é a falta de um instrumento concreto para avaliar os indicadores dentro do contexto esportivo. No que se refere ao terceiro ponto, o desenho do estudo apresentou design transversal, avaliando apenas os finais da gestão, impossibilitando análises das relações de causa e efeito entre os equipamentos esportivos do município. Futuras pesquisas devem focar em um acompanhamento longitudinal das políticas esportivas, avaliar a implementação de instrumentos específicos para medir a oferta esportiva e ampliar a base de evidências científicas sobre o uso do IDAC. Estudos comparativos entre diferentes cidades ou regiões também seriam valiosos para estabelecer parâmetros e melhores práticas no desenvolvimento da oferta esportiva.

Referências

- Almeida Fechine, B. R., Santos Fechine, T. B. & Ulisses Sousa Júnior, A. (2022). Equipamentos esportivos e a cidade de Fortaleza/CE: Estratificação funcional das instalações de esporte e lazer, práticas existentes e projetos sociais vinculados às coordenadorias específicas. *Intercontinental Journal of Sport Management*, 12(2), e110037. <https://doi.org/10.51995/2237-3373.v12i2e110037> <http://revista.universo.edu.br/index.php?>
- Arretche, M. (2004). Federalismo e políticas sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. *São Paulo Em Perspectiva*, 18(2), 17–26. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>
- Arretche, M. (2010). Federalismo e igualdade territorial: uma contradição em termos?. *Dados*, 53(3), 587–620. <https://doi.org/10.1590/S0011-52582010000300003>
- Atlas Brasil. (2013). *Atlas Brasil*. <https://www.atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>
- Baracho, M. A. P. (2000). A importância da gestão de contas públicas municipais sob as premissas da governança e accountability. *Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais*, 34(1), 129-161.
- Bettin, E. B., Peil, L. M. N., & Melo, M. P. (2018). Políticas públicas municipais de esporte, lazer e espaços públicos em Pelotas-RS na gestão 2009-2012. *Pensar a Prática*, 21(1). <https://doi.org/10.5216/rpp.v21i1.38544>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm.
- Fusco, W., Ojima, R., Campos, J., & Queiróz, S. N. de .. (2023). Docentes do ensino médio no Nordeste: migração e mobilidade pendular entre 2013 e 2017. *Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 15, e20220040. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20220040>
- Grin, E. J., Nascimento, A. B. do, Abrucio, F. L., & Fernandes, A. S. (2018). Sobre desconexões e hiatos: uma análise de capacidades estatais e finanças públicas em municípios brasileiros. *Cadernos Gestão Pública E Cidadania*, 23(76). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75417>
- IBGE. (2022). Recife. *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pe/recife.html>.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2013). *Portal do IPEA*. <https://www.ipea.gov.br/portal/>.
- Kocian, R. C., & Silva, C. L. da. (2016). Políticas Públicas e os Equipamentos Esportivos de Lazer: Produção Acadêmica de 2008 a 2014. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 19(3), 185–206. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2016.1291>
- Machado, J. C. F. (2010). O despertar do Recife no Brasil Holandês. *Revista Eletrônica História Em Reflexão*, 4(7). Recuperado de <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/752>
- Neri, M. C. (2011). Os emergentes dos emergentes: reflexões globais e ações locais para a nova classe média brasileira. https://www.cps.fgv.br/cps/bd/nbrics/NBRICS_Apresentacao_Neri_CPS_FGV_apres.pdf
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). (2013). *Brasil*. <https://www.undp.org/pt/brazil>.
- Queiroz Pedroso, C. A. M. (2019). Procura e oferta do esporte na cidade do Recife: Contributos para as políticas municipais de esporte. https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7671019
- Queiroz Pedroso, C. A. M. Menezes, V. G. de, & Lopes, J. P. S. de R. (2011). Gestão de equipamentos esportivos: análise dos equipamentos do Recife-PE. *Conexões*, 9(2), 18–48. <https://doi.org/10.20396/conex.v9i2.8637699>

Santos, A. M. S. P. (2003). Reforma do estado, descentralização e autonomia financeira dos municípios. *RAM. Revista De Administração Mackenzie*, 4(2), 155–177. <https://doi.org/10.1590/1678-69712003/administracao.v4n2p156-178>

Santos, E. S. dos, Milani, F. G., Reverdito, R. S., & Starepravo, F. A. (2019). O Financiamento do Esporte e do Lazer pelos Municípios do Estado do Mato Grosso de 2005 a 2008. *LICERE - Revista Do Programa De Pós-graduação Interdisciplinar Em Estudos Do Lazer*, 22(1), 49–68. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.12311>

Souza, K. R., & Kerbaui, M. T. M. (2017). Abordagem quanti-qualitativa: : superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. *Educação E Filosofia*, 31(61), 21–44. <https://doi.org/10.14393/REVEDFIL.issn.0102-6801.v31n61a2017-p21a44>

Starepravo, F. A., Mezzadri, F. M., & Marchi Junior, W. (2015). Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. *Revista Brasileira De Educação Física E Esporte*, 29(2), 217-228. <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000200217>

Stigger, P., & Myskiw, M. (2019). Políticas públicas de esporte e lazer: olhares e experiências na perspectiva do direito social. *Unijuí: Ijuí*.

Tubino, M. J. G. (2010). Estudos brasileiros sobre o esporte: Ênfase no esporte-educação. Maringá: *Eduem*. ISBN: 978-85-7628-177-1.

Ungheri, B. O. & Isayama, H. F. (2021). Equipamentos públicos de lazer e esporte: o cenário institucional de municípios que implementaram o Programa Esporte e Lazer da Cidade. *Revista Brasileira De Ciências Do Esporte*, 43, e011120. <https://doi.org/10.1590/rbce.43.e011120>